

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Zeca Ribeiro/FNP



FNP não indicará integrantes sem regras claras

Disputa entre prefeitos segue travando tributária

Inicialmente, o calendário previa que na quarta-feira da semana que vem, 16 de abril, haveria a eleição para os integrantes do Comitê Gestor que definirá a distribuição do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), um dos novos impostos que passarão a vigorar no país com a reforma tributária. Ao tomar posse nesta terça-feira (7) como o novo presidente da Frente Na-

cional dos Prefeitos (FNP), o administrador do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), afirmou que não há condição de acontecer essa eleição. Primeiro, essa não era uma data formal, mas apenas uma previsão. Segundo, o projeto que cria o Comitê Gestor ainda tramita no Senado. E, terceiro: as duas entidades que representam os municípios não chegam a acordo.

Audiência

Uma audiência pública marcada pelo relator do projeto da tributária, senador Eduardo Braga (MDB-AM), discutirá como se dará a escolha dos integrantes do Comitê Gestor. Até lá, a FNP resolveu que não indicará nomes para a chapa que disputará a eleição dos cargos.

Sem regra

"Se não há acordo, não tem regra", disse Paes, na reunião da FNP. "Se não tem regra, não dá para ter eleição", concluiu. "Confiamos na intermediação e encaminhamento que será dado pelo senador Eduardo Braga. Esse conselho precisa ter legitimidade nas suas decisões".

Saulo Cruz/Agência Senado



Definição para o rolo deverá ser de Eduardo Braga

Comitê definirá como imposto será distribuído

É uma briga por dinheiro. Pelos bilhões que serão arrecadados. O Comitê Gestor determinará modelos de distribuição por toda a cadeia produtiva. Pelo que ficou previsto na reforma tributária, o comitê terá 54 membros titulares. Os primeiros 27 são os representantes de cada estado, no caso os integrantes serão os se-

cretários de Fazenda. E os demais 27 são representantes dos municípios. Estabeleceu-se que 14 desses integrantes seriam eleitos numa chapa por todos os prefeitos do país (cada prefeito com direito a um voto). E os outros 13 de forma ponderada (ou seja, de acordo com a população de cada cidade). Aí é que está o imbróglio.

Confederação

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM), que representa as cidades menores, não quer aceitar esse modelo, e quer indicar chapa para todos os 27 integrantes das cidades. A FNP não aceita: em menor número, cidades maiores poderiam não ser contempladas.

Menores

Os menores, no entanto, temem perder pelo peso das maiores cidades. Mas, pelo acordo, eles teriam uma representação maior: 14 contra 13. A FNP abre mão de indicar chapa para os 14, deixando somente para a CNM. Em troca, só a FNP indicaria chapa para os outros 13.

Frente

A Frente, que representa as capitais e maiores municípios, argumenta que a maior parte do custo de produção que gera esses impostos fica nas cidades grandes. Seria injusto que elas possam correr o risco de não estar representadas no Comitê Gestor que definirá a distribuição.

Conta

"O importante é o interesse da população", reclama Eduardo Paes. "Sem a reforma tributária, quem paga a conta é o cidadão". Paes, no entanto, foi categórico: enquanto não houver uma definição clara sobre as regras, a comissão eleitoral da FNP não indicará chapa.

Eduardo Paes assume Frente de Prefeitos

Discussão sobre segurança pública domina o debate

Por Rudolfo Lago

Eduardo Paes (PSD), que administra a cidade do Rio de Janeiro, é o novo presidente da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), a instituição que representa os principais municípios do país. Em evento nesta terça-feira, Paes foi eleito, em substituição ao ex-prefeito de Aracaju Edvaldo Nogueira (PDT). Paes assume a Frente de Prefeitos em um momento de discussões delicadas. Especialmente a reforma tributária – os prefeitos temem perda de arrecadação na nova distribuição dos recursos, e também com o projeto que isenta de Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil – e a segurança pública. A discussão sobre a criação das polícias municipais, como a que Paes criará no Rio, dominou a maior parte do debate.

A nova chapa foi eleita por aclamação. Ao lado de Paes, o prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo (MDB), assume como o primeiro vice-presidente. Ricardo Nunes (MDB), de São Paulo, é o segundo vice-presidente. E a terceira vice-presidente, a prefeita de Campo Grande, Adriene Lopes (PP). A Secretaria-Geral será exercida pela prefeita de Juiz de Fora, Margarida Salomão (PT). O vice-presidente de Relações Internacionais será Rodrigo Neves (PDT), de Niterói. Na Vice-Presidência de Relações Institucionais, o prefeito do Recife, João Campos (PSB). Finalmente, fecha a diretoria o vice-presidente de Relações com o Congresso, Cícero Lucena (PP), prefeito de João Pessoa.

Segurança

No debate que houve durante a tarde, Paes disse aos demais prefeitos que a discussão que envolve a maior entrada dos municípios no esforço do combate ao crime foi a maior motivação que o fez aceitar a presidência da Frente Nacional de Prefeitos. Na avaliação do prefeito do Rio, a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental que ficou conhecida como ADPF das Favelas, "oficializou a guarda municipal armada", na linha do que Paes já decidira fazer no Rio com a Força Municipal de Segurança.



Paes substitui Edvaldo Nogueira na presidência da FNP

"É uma boa notícia que temos para os senhores prefeitos", disse Eduardo Paes. "Temos a possibilidade como prefeitos de introduzirmos um novo modelo para a segurança pública". Segundo o novo presidente da FNP, "se olharmos para a média brasileira, este é um país de assassinos".

Para Paes, a entrada dos municípios na discussão sobre segurança poderá trazer a discussão para um campo mais próximo da realidade de cada cidade. "Precisamos encontrar um meio termo entre aquele que passa a mão na cabeça de delinquente e o que quer dar tiro na cabecinha do delinquente", provocou o prefeito do Rio. Que em seguida, detalhou a sua provocação. "Quando disputei o governo do Rio, perdi para um juiz durão que tinha esse discurso do tiro na cabecinha e se revelou um tremendo 171", disse, referindo-se ao ex-governador Wilson Witzel, que acabou tendo o mandato cassado.

Na avaliação de Eduardo Paes, na decisão sobre a APDF das Favelas, o STF identificou que o grande problema em diversas cidades é que a polícia perdeu o domínio sobre diversos territórios. É o que acontece no próprio Rio. "O STF disse: cumpram a lei. Reacomponham o território e ajam dentro da lei".

Financiamento

Durante o debate, porém, diversos prefeitos levantaram uma preocupação: como assumir maior participação no combate

à criminalidade sem recursos? "Combate ao crime requer investimento", apontou a prefeita de Contagem (MG), Marília Campos (PT). "Não há uma segurança simples para a segurança pública", completou o prefeito de Niterói, Rodrigo Neves. "Durante muito tempo, se achou que quando houvesse uma redução da pobreza, a criminalidade diminuiria. Não diminuiu. Outros acharam que a solução seria armar a população. Também não é". Para Rodrigo Neves, se "o Brasil foi capaz de criar o Sistema Único de Saúde [SUS], precisa agora dar conta de criar um Sistema Único de Segurança Pública".

Alguns prefeitos propuseram a necessidade de criação de um Fundo Constitucional de Segurança Pública para custear as polícias.

Paes, porém, criticou a forma como a questão ainda está sendo conduzida. "Amanhã [esta terça-feira, 8], haverá uma reunião na casa do presidente da Câmara, Hugo Motta [Republicanos-PB], com a presença do ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, para discutir a PEC da Segurança. Infelizmente, os prefeitos não foram chamados a participar".

Tributária

Outro ponto importante da discussão é a reforma tributária. Embora defenda a mudança, e considere que o novo sistema proposto possa trazer vantagens ao cidadão, Eduardo Paes pontuou, porém, que ele vai na di-

reção oposta ao que pretendeu a Constituição de 1988, quando deu mais poder a autonomia aos municípios. "Desde 1988, o Brasil melhorou. Foi criado o SUS. Universalizou-se o ensino. Estabilizou-se a moeda. Muita gente foi tirada da pobreza. E tudo isso foi muito possível com o fortalecimento dos municípios, que se tornaram entes federativos", disse ele. "A gente vive uma crise institucional agora. Alguma coisa nessa engrenagem parou de funcionar", constata.

"A reforma tributária é uma ruptura no modelo proposto na Constituição de 1988", concluiu. "Do ponto de vista do modelo federativo, o Brasil andou para trás".

Em diversos pontos tributários hoje discutido, a FNP pretende trabalhar por mecanismos de compensação dos municípios. No caso da isenção do Imposto de Renda, por exemplo, estima-se uma perda em torno de R\$ 5 bilhões. Isso porque os servidores públicos que ganham abaixo de R\$ 5 mil também deixarão de contribuir, e esses recursos sairão dos cofres dos municípios.

Após a posse da nova diretoria, o vice-presidente Geraldo Alckmin, encerrou o evento. Ele também acabou falando sobre a responsabilidade dos municípios com a segurança, lembrando que a política de Tolerância Zero que reduziu a criminalidade em Nova York foi uma proposta do município. "O século 21 é o século das cidades", afirmou.

Indígenas reacendem discussão do Marco Temporal

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Indígenas centrarão discussão na demarcação de terras

Por Gabriela Gallo

Até esta sexta-feira (11) acontece a 21ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL), a maior mobilização indígena do país. A expectativa é que o acampamento, que começou nesta segunda-feira (7), receba de seis mil a oito mil indígenas de mais de 200 povos. Com o lema "Em Defesa da Constituição e da Vida", a edição do ATL deste ano concentra-se nas questões judiciais que envolvem os povos originários, dentre eles a criação da Comissão Nacional da Verdade Indígena, a Câmara de Conciliação do Supremo Tribunal Federal (STF) e a transição energética justa. Além disso, também estão agendados ao longo da semana atos reivindicando a demarcação de terras indígenas.

Nesta terça-feira (8), está agendada uma coletiva de imprensa sobre o tema às 10h30 na Câmara dos Deputados. Estarão presentes a ministra de Povos Indígenas, Sônia Guajajara, a ministra dos Direitos Humanos, Macacé Evaristo, a deputada federal Célia Xacriabá (Psol-MG), além de lideranças da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), da Coordena-

ção das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmigã).

Marco Temporal

A demarcação das terras indígenas é um tema que, historicamente, vem sendo reivindicado pelas comunidades, especialmente o Marco Temporal da demarcação de terras indígenas. A tese determina que os povos indígenas têm direito apenas às terras que ocupavam, ou já disputavam, em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição. Ou

seja, qualquer outra terra ocupada por comunidades de povos originários após esta data não pode ser considerada terra indígena.

Em setembro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou a tese do Marco Temporal como inconstitucional. Porém, pouco tempo depois, o Congresso Nacional aprovou a Lei do Marco Temporal (Lei 14.701/2023). O texto foi aprovado em outubro de 2023 e enviado para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que vetou os principais pontos do projeto. Contudo, em dezembro do mesmo ano, o plenário do Congresso derrubou os

vetos presidenciais, incorporando à lei a exigência da data de 5 de outubro de 1988 como parâmetro para a demarcação.

O tema voltou para o Supremo e, para evitar um novo possível desgaste com o poder Legislativo, o STF instalou uma comissão, presidida pelo ministro Gilmar Mendes, que busca um entendimento entre agricultores e empresários e povos indígenas. O tema segue em discussão no STF, porém, entidades de proteção aos povos originários acusam a Suprema Corte de não levar em consideração as suas posições. A última rodada de conversas para discutir o tema ocorreu na última quarta-feira (2).

Enquanto o STF não chega a um consenso sobre a Lei do Marco Temporal, os senadores da República tentam uma alternativa para terminar a discussão, através da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 48/2023. Com isso, se aprovada, a PEC torna a tese do Marco Temporal constitucional. A PEC teve um pedido de vista coletivo em 2024, porém, há poucos dias, a bancada do agro no Senado lançou a Agenda Legislativa do Agro 2025 que, dentre os temas, prevê a sua votação.